



COMO ESTÃO SENDO LEVADAS ARMAS (E REPRESENTAÇÕES) PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS?

HOW WEAPONS (AND REPRESENTATIONS) ARE BEING TAKEN TO BRAZILIAN EDUCATIONAL INSTITUTIONS?

RICARDO CORTEZ LOPES

Doutor e Mestre em Sociologia (UFRGS) e Graduado em Sociologia e em História (UFRGS).

RESUMO

O presente artigo tematiza a arma em ambientes educacionais, tanto da perspectiva quantitativa – as proporções entre os diferentes níveis – quanto da qualitativa – elencando e analisando representações sociais oportunizadas pelas presenças. O objetivo, por meio dessa metodologia mista baseada em uma leitura durkheimiana, é de entender perfis e descobrir alguns significados construídos. O banco de dados com 40 inserções e os 8 documentos analisados apontaram (a) para uma concentração de casos no sudeste, um maior acesso a armas de fogo, expressivo número de casos na educação infantil, uma presença muito grande de indivíduos de fora da comunidade escolar, entre outros dados e (b) uma representação de instituições educacionais enquanto autônoma no sentido estrito e outra autônoma no sentido mais lato.

Palavras-chave: Armas; Instituições de Ensino (IE); Representações Sociais; Ensino Básico; Ensino Superior.

ABSTRACT

This paper discusses the weapon in Brazilian educational environments, both from a quantitative perspective – the proportions between the different levels – and from a qualitative perspective – listing and analyzing social representations provided by the presences. The objective, through this mixed methodology based on a Durkheimian reading, is to understand profiles and discover some constructed meanings. The database with 40 entries and the 8 documents analyzed pointed to (a) a concentration of cases in the Southeast, greater access to firearms, a significant number of cases in early childhood education, a very large presence of individuals from outside the community school, among other data and (b) a representation of educational institutions as autonomous in the strict sense and another autonomous in the broadest sense.

Keywords: Weapons; Educational Institutions (IE); Social Representations; Basic Education; University Education.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS; 1 REFERENCIAL TEÓRICO: EPISTEMOLOGIA DURKHEIMIANA, SER/DEVER SER, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS ARMAS; 2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS; 3 AS ARMAS E A QUESTÃO EDUCACIONAL; 4 O “SER”: DADOS UNIVARIADOS E BIVARIADOS; 5 O “DEVER-SER”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COLETADAS; 5.1 Interpretações da Legislação; 5.2 Pós-Fato; 5.3 Prevenção; 5.4 Armas Policiais; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A arma, para além da sua utilidade costumaz, é um símbolo com muitos significados, cuja codificação depende, também, de onde elas são vinculadas. O presente estudo trata da presença da arma em ambientes em que ela não é desejada – ambientes educacionais brasileiros –, nos quais esse estar gera diferentes consequências (e símbolos). O intuito desse estudo é investigar algumas tendências e algumas representações sociais produzidas por ocasião do fenómeno dessa presença, com delimitação no Brasil, em uma perspectiva mista, articulando recursos quantitativos com qualitativos.

Com relação aos espaços educativos abordados, enfocaremos os dois níveis de ensino descritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: o básico (composto do público infantil, ensino fundamental e ensino Médio, mormente frequentado por crianças e adolescentes quando não se computa a distorção idade-série) e o superior (composto por graduação e pós-graduação). Isso posto, nosso problema de pesquisa é o seguinte: quais tendências e representações sociais ficam evidenciadas pela presença de armas em instituições educacionais brasileiras? A hipótese inicial do estudo foi a de que haveria pouquíssimos casos no ensino superior e que se encontrariam mormente representações sociais relacionadas com a abolição das armas de espaço público. Como veremos, essa hipótese foi falseada.

Quanto à relevância do estudo, ela se arvora em um nicho específico: esse assunto tende a ser mais investigado no nível básico, possivelmente por (a) maior número de casos e (2) pelo fato de as crianças em idade escolar, pela matrícula ser compulsória, tem maior possibilidade de frequentar a IE em situação vulnerabilidade social – fator que costuma sensibilizar e engajar os pesquisadores brasileiros. Logo, um estudo que se coloca na mirada comparativa pode ajudar a levantar questões que não costumam ser consideradas para o ensino infantil ou para o ensino superior – nos quais geralmente o tráfico não entra na equação. Iniciaremos pelo referencial teórico do estudo.



1 REFERENCIAL TEÓRICO: EPISTEMOLOGIA DURKHEIMIANA, SER/DEVER SER, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS ARMAS

A presente pesquisa possui uma epistemologia durkheimiana, ou seja, parte de uma abordagem que considera os conhecimentos compartilhados (no caso, os ideais morais) engendrando interações entre diferentes grupos, por meio dos indivíduos que as portam. Um exemplo seriam os fatos sociais, comportamentos generalizados, externos e coercitivos, e correspondem àquilo que seria compartilhado pelos membros de uma sociedade (Durkheim, 1950).

Dentro dessa epistemologia, lidamos diretamente com os conceitos de “ser” e “dever ser”, um binômio essencial dentro do marco durkheimiano. Conceitualmente, o “ser” é o estado *real* das coisas, aquilo que é investigado pela sociologia, especificamente aquilo que o sociólogo percebe por meio de sua heurística. Já o “dever-ser” trata do domínio do desejo, e por essa razão é normativo na medida em que nega ou modifica o ser percebido (Durkheim, 2007). Na prática, porém, os indivíduos e grupos não fazem essa separação estanque: não se percebe o presente, por exemplo, e se faz um projeto para o futuro esperando alterá-lo. O que ocorre, normalmente, é que existe uma mistura entre o “ser” (o juízo de fato¹) e o “dever ser” (o juízo de valor), e os indivíduos leem a realidade conforme seus desejos, gerando-se diferentes pontos de vista sobre um mesmo objeto, assunto ou situação. Isso, aparentemente, seria um grande problema para a comunicação humana, porém, para o sociólogo, acaba se tornando interessante perceber esses “deveres-ser” como conhecimento compartilhado dentro dos diferentes grupos sociais.

Para construir indicadores que permitam uma aproximação com a empiria, existem algumas metodologias possíveis. Um caminho viável é justamente apontado por Durkheim (2007) por meio das representações coletivas, que são aquelas elaboradas pelas sociedades e que são comuns aos seus membros, criando, assim, a coesão social. Porém, as sociedades atuais são plurais (Weiss, 2011), o que torna impossível explicá-las sem considerar grupos menores, os quais criam vínculos de solidariedade intestinos. Assim, muitos autores têm utilizado a teoria das representações sociais para aproximar-se desses diferentes grupos segmentados, considerando-as como

¹ O niilismo nietzschiano, o relativismo pós-moderno e mesmo ideais mais psicologizantes negam a possibilidade de um juízo de fato, o que desmonta a possibilidade de objetividade. No entanto, a epistemologia durkheimiana consegue contornar essa crítica ao se focar nos deveres-ser, pois privilegiar o “dever-ser” não implica na necessidade de se contrastá-lo com um “ser”, é possível cotejar diferentes “deveres-ser” entre si e produzir análises de sociedades por meio de grupos.



[...] entidades quase tangíveis. Circulam, se cruzam e se cristalizam sem cessar em nosso universo cotidiano através de uma palavra, um gesto, um encontro. A maior parte das relações sociais estreitas, dos objetos produzidos ou consumidos, das comunicações trocadas estão impregnadas delas. Sabemos que correspondem, por uma parte, à substância simbólica que entra em sua elaboração e, por outra, a prática que produz dita substância, assim como a ciência e os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (Moscovici, 2011, p. 27).

Partindo deste conceito, existem alguns pesquisadores que focam diretamente no estudo de suas características internas, como é o caso da teoria do núcleo central (Sá, 1996), e aqueles que se focam na interação entre as diferentes representações no interior de contextos (Lopes, 2019). Nossa abordagem partirá dessa última vertente na análise qualitativa, buscando abordar a variedade de representações e como elas interagem no contexto debate público.

Um último conceito relevante para o estudo do fenômeno é o de armas:

As armas são classificadas, quanto à finalidade, em ‘armas próprias’ e ‘impróprias’. As armas próprias foram concebidas e feitas pelo homem visando aumentar seu potencial de ataque ou defesa, já as armas impróprias não foram concebidas para este fim. Espadas e punhais são exemplos de ‘armas próprias’, que funcionam como prolongamento do braço, usadas no combate corpo a corpo, assim como as armas de arremesso que produzem seus efeitos à distância utilizando para expelir projéteis, o que é o caso das armas de fogo. O martelo, o machado de lenhador e a foice são exemplos de ‘armas impróprias’. Para a balística forense interessam as armas classificadas como perfurocontundentes, que são aquelas que produzem lesões que causam ao mesmo tempo perfuração e ruptura dos tecidos com ou sem laceração e esmagamento deles, ou seja, as armas de fogo (Georg; Kelner; Júnior, 2011, p. 138).

Com efeito, a arma é um artefato que serve para modificar as capacidades de um indivíduo no sentido da causar mais danos, o que pode ser utilizado tanto para a autodefesa quanto para o ataque. Como podemos perceber, quando há só a expansão simples e cuja capacidade de dano depende do usuário, tem-se uma arma própria, cujo exemplo é a arma branca, a qual funciona para embates na curta distância. Já a arma imprópria é aquela arma branca que não se foca na defesa, mas sim possui outras utilidades. Por outro lado, as armas de fogo são perfurocontundentes, ou seja, elas potencializam o ataque e o potencial de dano provém de um mecanismo externo, acionado por um gatilho. Veremos na pesquisa que esses tipos de arma aparecerão e sua recorrência também é um dado relevante.



2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Este foi um estudo de caráter misto, articulando metodologias quanti e qualitativas com o fito de complexificar a questão das armas nos espaços educacionais brasileiros. Partindo dessa premissa, realizamos um levantamento comparativo e, posteriormente, analisamos ideias circulantes no espaço público sobre como essa atividade é relatada (o “ser”) e como pode ser solucionada (o “dever ser”).

Com relação ao momento quantitativo, procuramos, em motores de busca, notícias relacionadas diretamente com a situação relatada, dado que a notícia aumenta a possibilidade de mais indivíduos tomarem contato com as situações relatadas e, assim, acionar ou modificar padrões morais dentro do debate. A busca inicial, na lógica da leitura flutuante, funcionou pelas entradas “arma+tipo de instituição” (educação infantil/escola/faculdade/universidade). Para cada uma dessas entradas, analisamos as 10 primeiras páginas para permitir a comparação (mesmo sacrificando a relevância estatística). Os sites que foram relevantes para o nosso objeto foram registrados em um *software* que salva tabelas, de modo que isso resultou em um banco de dados com 40 inserções. A partir do material, produzimos as variáveis do estudo, as quais foram utilizadas para produzir estudos univariados e bivariados, além de possibilitar um teste chi quadrado. Para efeitos de seleção de casos para compor o fenômeno, definimos como presença de armas as situações em que elas adentraram espaços educacionais formais de maneira tangível ou intangível, produzindo interações entre os indivíduos presentes nesse espaço. Assim, além das armas efetivamente levadas e aprendidas, incluímos também os simulacros (as imitações), as bravatas em ambientes online – comunidades virtuais ou sites, pois as ameaças geraram efeitos como a suspensão de aulas e a punição dos autores. Também consideramos indivíduos fora da comunidade escolar, pois eles possuem ideais morais que os norteiam sobre o que é uma conduta esperada dentro do espaço educacional.

As variáveis escolhidas para o banco foram as seguintes:

Região: em que região do Brasil ocorreram os fenômenos.

Estado: em que ente federado se desenrolaram os fatos.



Arma principal: foi recorrente no material indivíduos serem apanhados com mais de uma arma, de modo que selecionamos aquela que se destacou nas chamadas das reportagens, cuja seleção de fatos dá uma ideia de que regras morais foram infringidas. Foi registrado, nessa variável, se a arma era de fogo ou branca.

Detalhes da arma: algumas vezes foram tecidos mais detalhes sobre as armas, mas isso nem sempre ocorreu, de modo que algumas células ficaram em branco.

Nível de Ensino: básico ou superior.

Mantenedora: a fonte de financiamento é pública, privada ou mista?

Função: qual a ligação do indivíduo com a instituição?

Gênero: as reportagens identificaram os indivíduos com qual gênero?

Faixa Etária: pediátrica, adulta ou geriátrica?

Ano: em que ano ocorreram os fatos retratados?

Definidas as variáveis e anotadas em cada coluna da tabela, procedemos o preenchimento manual das linhas, com o fito de consolidar um banco de ocorrências sólido e que pudesse ter variáveis cruzadas. Alguns resultados que não foram incluídos no banco final por não se encaixarem nos critérios foram a base para a análise de representações.

Na etapa qualitativa, analisamos a parte propriamente mais simbólica, as representações que demonstram interpretações e projeções trazidas pela presença das armas. O critério para a seleção dos trechos foi remeter a algum dos acontecimentos retratados no banco de dados ou ser uma reflexão ensejada por eles, e os listamos na tabela 1:

Tabela 1: documentos coletados.

Documento analisado	Nível	LINK
Parecer PGE	Básico	https://br.vida-estilo.yahoo.com/professor-com-registro-cac-leva-003700715.html
Policimento militar em escolas: funciona?	Básico	https://novaescola.org.br/conteudo/1834/policiamet-o-militar-em-escolas-funciona
O policial aluno pode entrar armado em sala de aula nas universidades?	Superior	https://jus.com.br/artigos/79150/o-policial-aluno-pode-entrar-armado-em-sala-de-aula-nas-universidades



Respostas e recomendações para uma abordagem integral diante da presença de armas de fogo em escolas	Básico	https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2020/10/Respostas-e-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Webinario-Armaz-em-Escolas-Brasil-30set-UNLIREC.pdf
NEGADA INDENIZAÇÃO A PM QUE DIZ TER SIDO IMPEDIDO DE FAZER PROVA POR ESTAR FARDADO E ARMADO	Superior	http://www.tjes.jus.br/negada-indenizacao-a-pm-que-diz-ter-sido-impedido-de-fazer-prova-por-estar-fardado-e-armado/
A relação das polícias com as universidades: afinal, elas podem ou não entrar nos campi?	Superior	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/policias-podem-ou-nao-entrar-nas-universidades/
Uso de armas em escolas divide opiniões de senadores e especialistas	Básico	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/14/uso-de-armas-em-escolas-divide-opinioes-de-senadores-e-especialistas
UFRN diz que alunos não podem portar armas na instituição e comando da PM discorda	Superior	https://www.adurn.org.br/midia/noticias/2481/ufrn-diz-que-alunos-nao-podem-portar-armas-na-instituicao-e-comando-da-pm-discorda

Fonte: autoria própria.

De posse dos dados, promovemos uma análise de conteúdo, buscando evidenciar as representações sociais (Bardin, 1977). Por isso, realizamos as etapas da leitura flutuante (nos motores de busca), pré-análise (na construção das variáveis e das categorias *a priori*), análise e induções (as considerações globais).

Uma vez colhidos os dados, o nosso objetivo foi analisá-los de maneira individual, em um primeiro momento (com as análises gráfica e de conteúdo) em conjunto em um segundo momento e, após essas duas apreciações, teremos Considerações Globais.

3 AS ARMAS E A QUESTÃO EDUCACIONAL

Não existe maneira de discutir expectativas dos indivíduos sem antes, necessariamente, abordar panoramas de ideias. Há toda uma literatura sociológica que afirma que existe uma relação direta entre o Estado Moderno e o uso da força, associando-o pelo monopólio da violência legítima. Assim, as armas seriam incorporadas em instituições como o Exército e a Polícia, que seriam o braço armado deste Estado. Isso implica, diretamente, em outras instituições realizarem funções



complementares ao uso da força, como é o caso das instituições educacionais, que se responsabilizam pela socialização através da educação, ou as instituições de saúde, que se especializam na saúde individual e coletiva – em todas essas é proibido o porte de armas no Brasil (Lopes, 2019). Logo, nesses domínios, não se exerce a violência ou o uso da força, então a arma estar lá, mesmo sem ser utilizada, gera uma agressão em potencial e também respostas dos indivíduos e das instituições.

Usualmente, a presença de armas na escola é percebida como uma espécie de “contaminação”, o processo contrário da civilização – uma espécie de abandono da urbanidade em prol de interesses pessoais e imediatos, impostos pela violência e não pela persuasão racional, em uma leitura habermasiana. Ressaltamos que a escola é um dos *locus* de socialização para os valores cívicos, dado que o “súdito moderno” das Nações se torna o “cidadão” através de instrução formal. Dessa maneira, a escola básica é *locus* prioritário de estudo nessa questão epistemológica (o esclarecimento) e a questão ética (a secundarização da violência para o Estado).

Afora esse panorama teórico, o que diz a literatura atual sobre a presença das armas em espaços educativos? “Os motivos para o uso de arma na escola vão desde autoproteção de *bullying* (intimidação), até ligação com narcotráfico local. Infelizmente a escola hoje deixou de ser um lugar seguro para o exercício do ensino e da aprendizagem” (Lima, 2010, p. 40). Como podemos observar, existe uma multifatorialidade: o aluno do ensino básico precisa lidar com perseguições (próprias da convivência entre alunos) – ou muitas vezes trabalham com o tráfico.

De certa forma, a literatura retrata certa “essência” desse aluno, como demonstra o seguinte texto:

Entre as expressões que este fenômeno assumiu nos países da região, é possível identificar casos de armas encontradas dentro das escolas; estudantes que trazem armas para as escolas; estudantes armados que ameaçam e intimidam os seus colegas e professores; feridos e mortos em tiroteios intencionais e acidentais dentro das escolas, entre outros (SOUDAPAZ, 2020, s/p).

Neste momento, podemos perceber que a arma surge, geralmente, pelas mãos dos estudantes, porém os casos aqui analisados colocaram as armas em posse de outros indivíduos, o que adiciona novos desafios para a gestão escolar. É preciso, também, referenciar a pandemia, que teve implicações na intercalação de casos de violência, porém este não é o alvo deste estudo.



No entanto, para além dos problemas citados anteriormente, é preciso pensar sobre o outro lado, que é a circulação de armas na sociedade como um geral e que reflete na escola. Possivelmente o número bruto de armas não tenha sofrido uma alteração relevante, porém é importante ressaltar que o número delas lícitas, provavelmente, ampliaram-se por causa do registro de CAC (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador). O CAC não só aumenta o número de artefatos, mas potencialmente cria uma certa cultura de relação com a armas fora das instituições responsáveis.

No Brasil, especificamente, há algumas tentativas de se resolver o problema da violência trazendo o Estado mais para próximo da instituição escolar:

A Patrulha Escolar, que surgiu no Paraná no ano de 1994, teve por objetivo inicial a redução da criminalidade no ambiente escolar, isto por meio do patrulhamento e de permanência em áreas internas, externas e adjacentes dos estabelecimentos de ensino, direcionando a ação da Polícia Militar à proteção das crianças e adolescentes. Com seu aperfeiçoamento para "projeto de governo", o policiamento escolar foi reciclado e melhor estruturado dentro da filosofia de policiamento comunitário, passando a ser doutrinariamente denominado Patrulha Escolar Comunitária, a qual hoje atua na prevenção (ações proativas), e supletivamente, na repressão, da criminalidade e da violência, dando ênfase, porém, na atividade de assessoramento e consultoria no que se refere a segurança no ambiente escolar e fora deste (Neumann, 2005, p. 10).

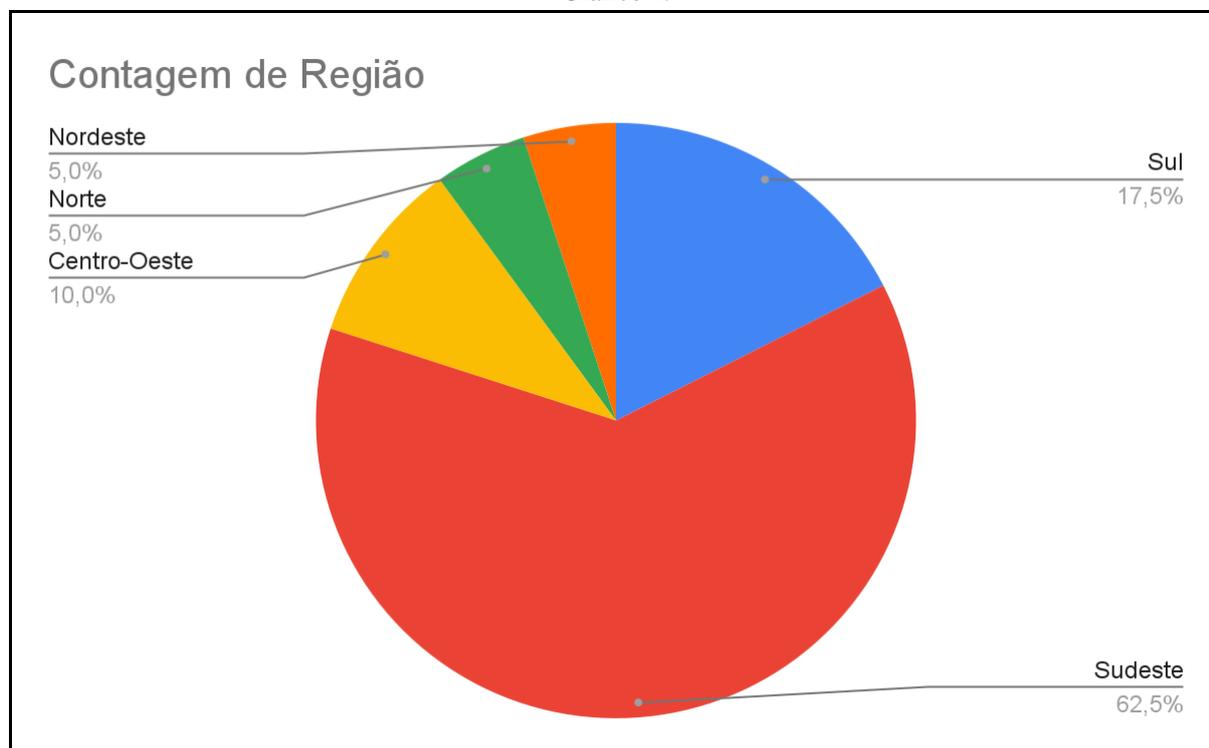
Assim, as patrulhas escolares servem como uma espécie de educação permanente, para além da questão da repressão de crimes, com o objetivo de estabelecer uma cultura de paz. Na prática, ela funciona como uma espécie de cuidado com os alunos em vulnerabilidade social, porém isso, aparentemente, não é reproduzível para espaços como educação infantil ou ensino superior. Além do mais, os resultados precisam ser acompanhados para se tirar conclusões mais sólidas e redirecionar o programa em caso necessário. Na próxima seção, apresentaremos os dados.

4 O “SER”: DADOS UNIVARIADOS E BIVARIADOS

Nesta seção vamos apresentar os gráficos relativos à cada uma das variáveis, sem relacioná-las ou cruzá-las com outras. Vamos começar pela contagem da região:



Gráfico 1:

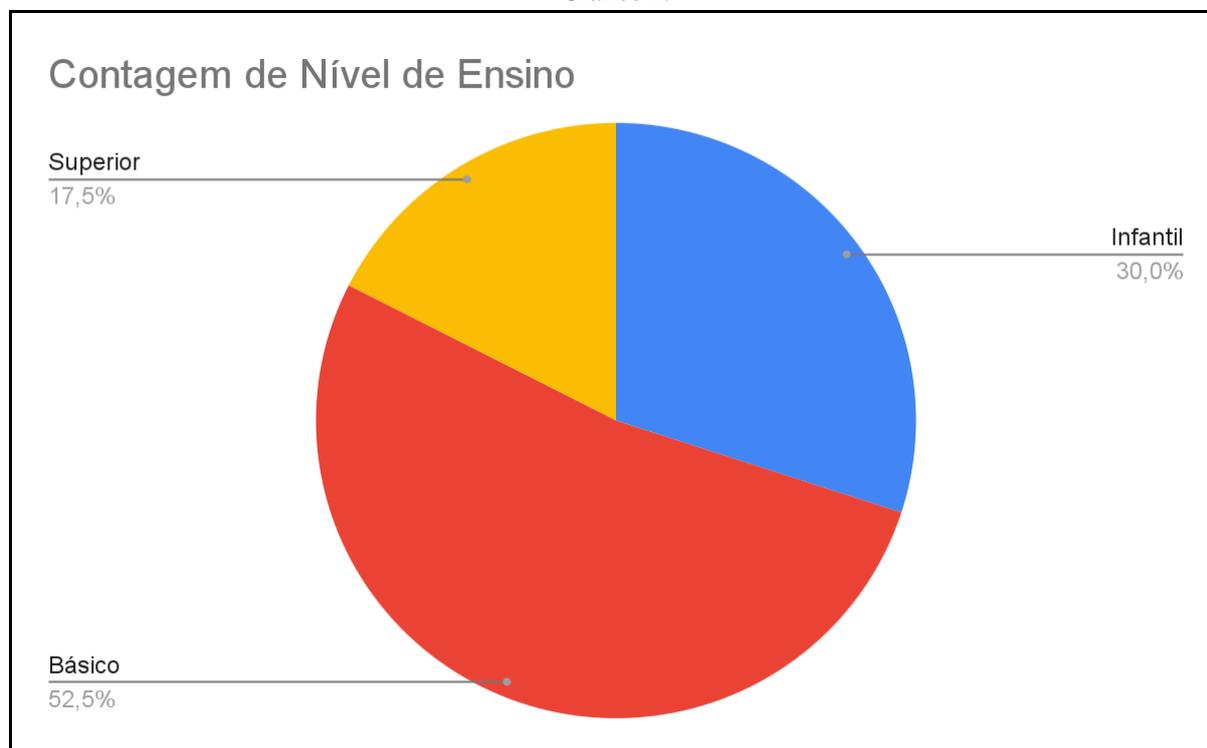


Fonte: dados da pesquisa.

A região Sudeste, mesmo não sendo a mais violenta do país, é a que possui maior número de casos, de maneira isolada, possivelmente por contar com um maior número de instituições educativas nas quais pudesse haver ocorrências. Por motivo semelhante a região sul ficou no segundo lugar. Como há regiões em que o índice de violência é muito maior, é possível cogitar que nestes espaços a escola consegue "isolar" a circulação de armas. Já o gráfico 2 é mais surpreendente que o primogênito:



Gráfico 2:

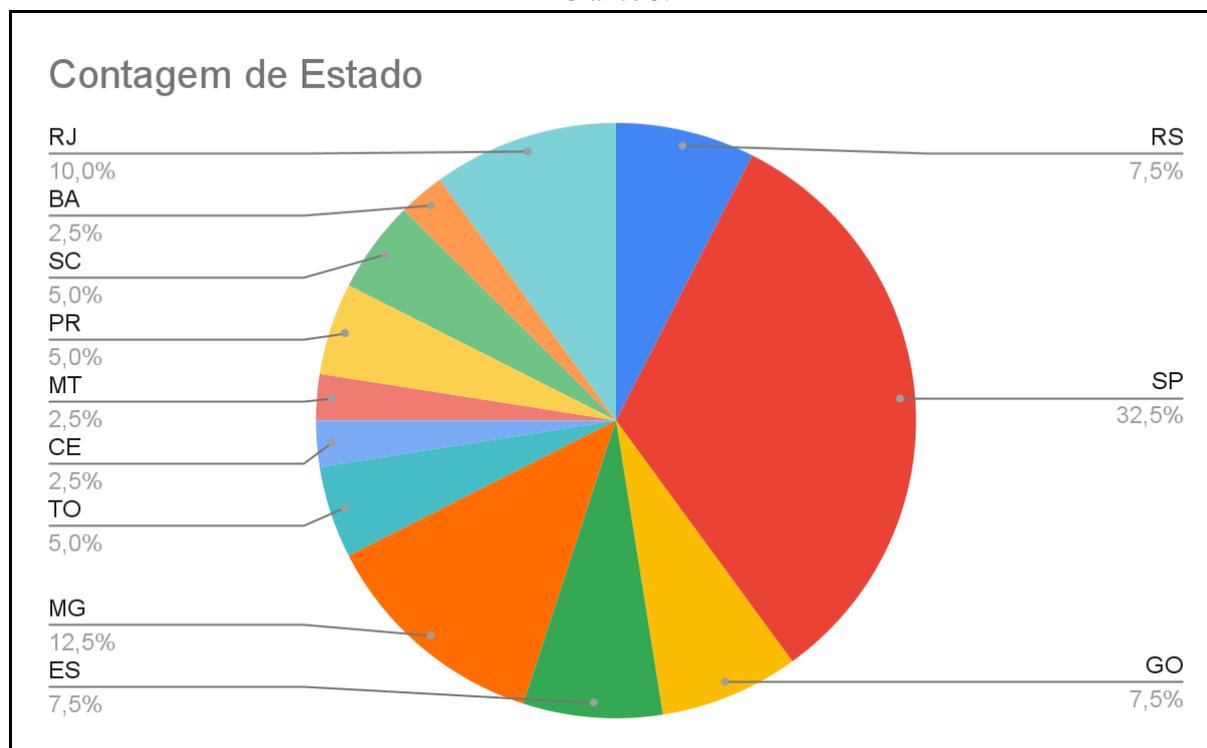


Fonte: dados da pesquisa.

A pesquisa demonstrou, portanto, que o ensino básico foi a inserção moda, ou seja, a que teve mais recorrências no banco. Surpreendeu, no entanto, o segundo lugar ser o do ensino infantil, e não o do ensino superior – afinal, adultos possuem mais vivência de situações potencialmente negativas e possuem mais habilidade para manejar armas de fogo. Posteriormente, os dados apontaram que o manuseio de muitas dessas armas, de fato, foi por adultos, porém as armas circularam muito na educação infantil, o que ocasionou um contato muito maior dessas comunidades. Já o gráfico 3 se relaciona aos estados:



Gráfico 3:

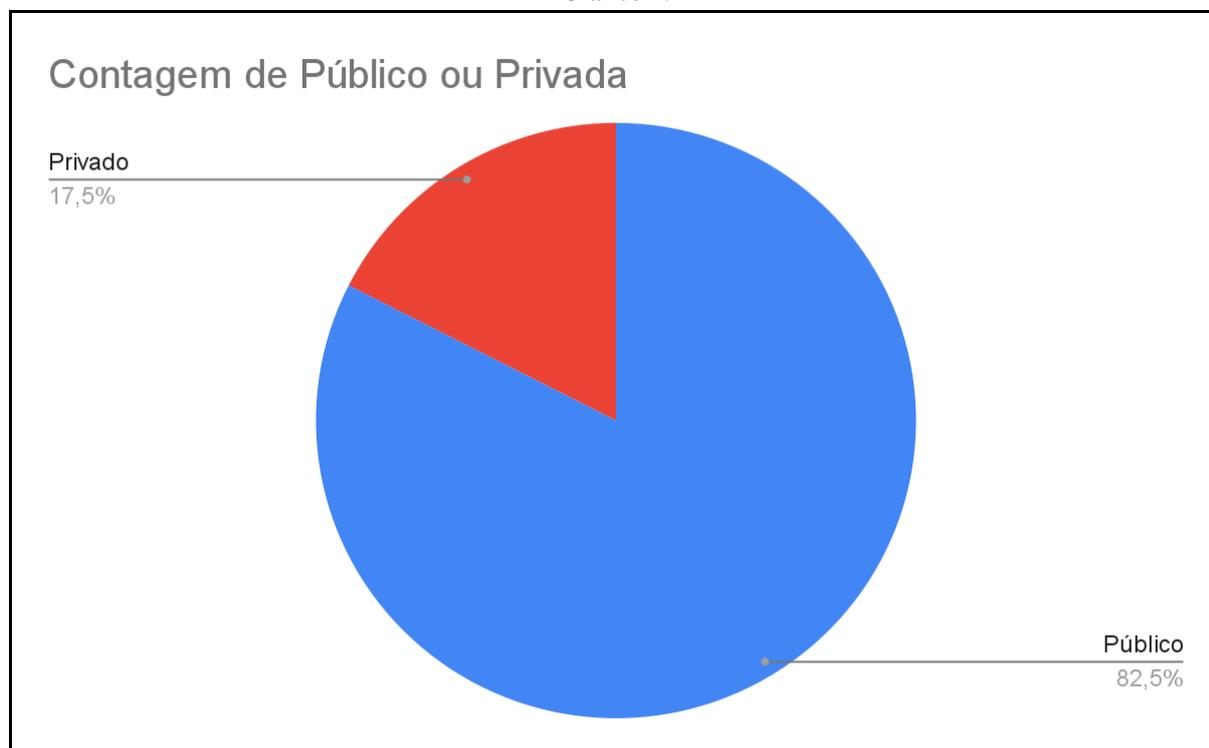


Fonte: dados da pesquisa.

Neste gráfico, São Paulo aparece como o estado com mais ocorrências, porém, surpreendentemente, os outros entes acabam tendo proporções muito semelhantes, variando no máximo 8 pontos percentuais. Nessa mirada, podemos perceber que é São Paulo que acaba elevando os altos índices da região sudeste, embora o restante tenha resultados significativos. Por referência à questão pública, podemos abordar a fonte dos seus financiamentos:



Gráfico 4:

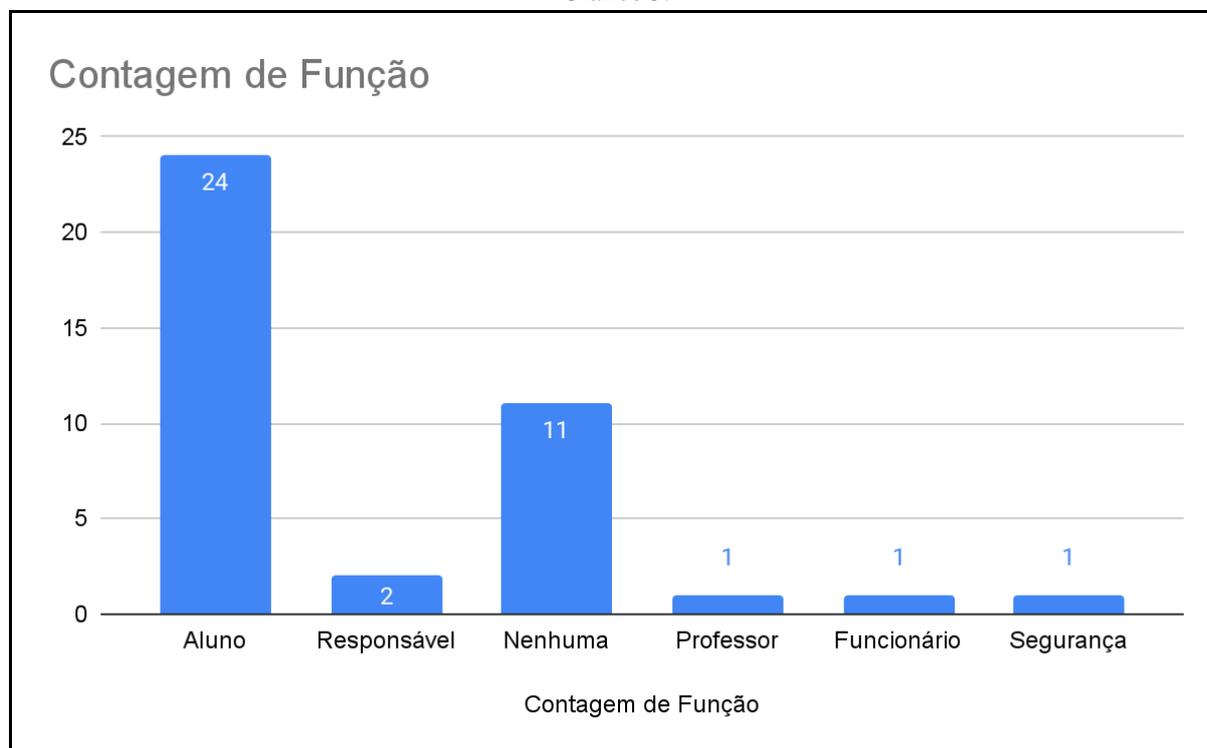


Fonte: dados da pesquisa.

Como se pode verificar, as instituições públicas são a maioria absoluta dos números, o que foi uma proporção parcialmente esperada – o número de casos em IE privadas é que foi um pouco além, alcançando quase $\frac{1}{4}$ das ocorrências. Isso significa que a arma não pode ser associada, inequivocamente, à vulnerabilidade social, o que traz outras questões para o debate público. O gráfico 5 ajuda a demonstrar onde estão essas armas:



Gráfico 5:

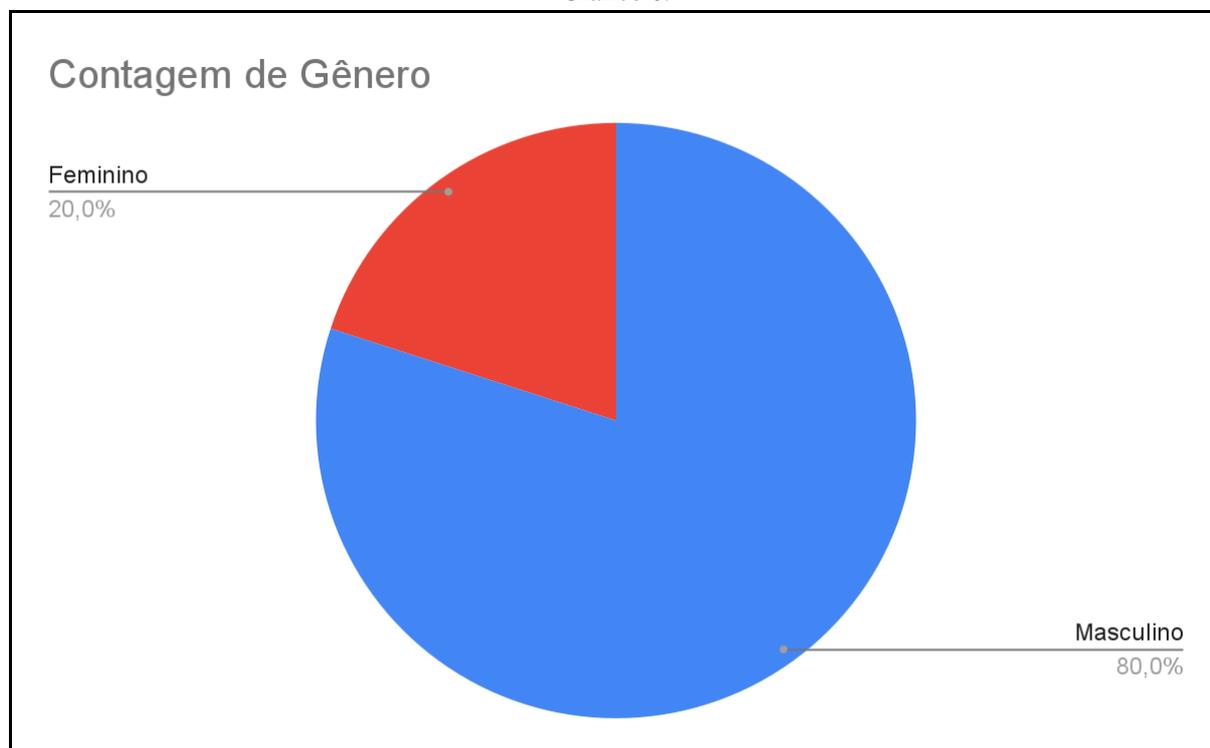


Fonte: dados da pesquisa.

Como se pode observar, 24 casos foram de alunos trazendo as armas, seguida de pessoas que não possuem vínculo (11). Ou seja, provavelmente a escola é imaginada como um lugar, de fato, desarmado e bastante sensível para a presença de armas, além de um lugar sem capacidade de neutralização. Os outros casos apontam para pais que trazem a arma pelos mais diversos motivos (um para a proteção contra um assalto, outro para ameaçar), um número 12 vezes menor do que o de alunos portadores de armas. Nos últimos casos há um caso esperado (o segurança) e dois mais surpreendentes, que seriam o professor (o máximo da “civilização” segundo o referencial teórico) e o funcionário (que não era um segurança). Por ocasião dessa diferenciação funcional, poderíamos apontar para uma estratificação pelo gênero, como demonstra o gráfico 6:



Gráfico 6:

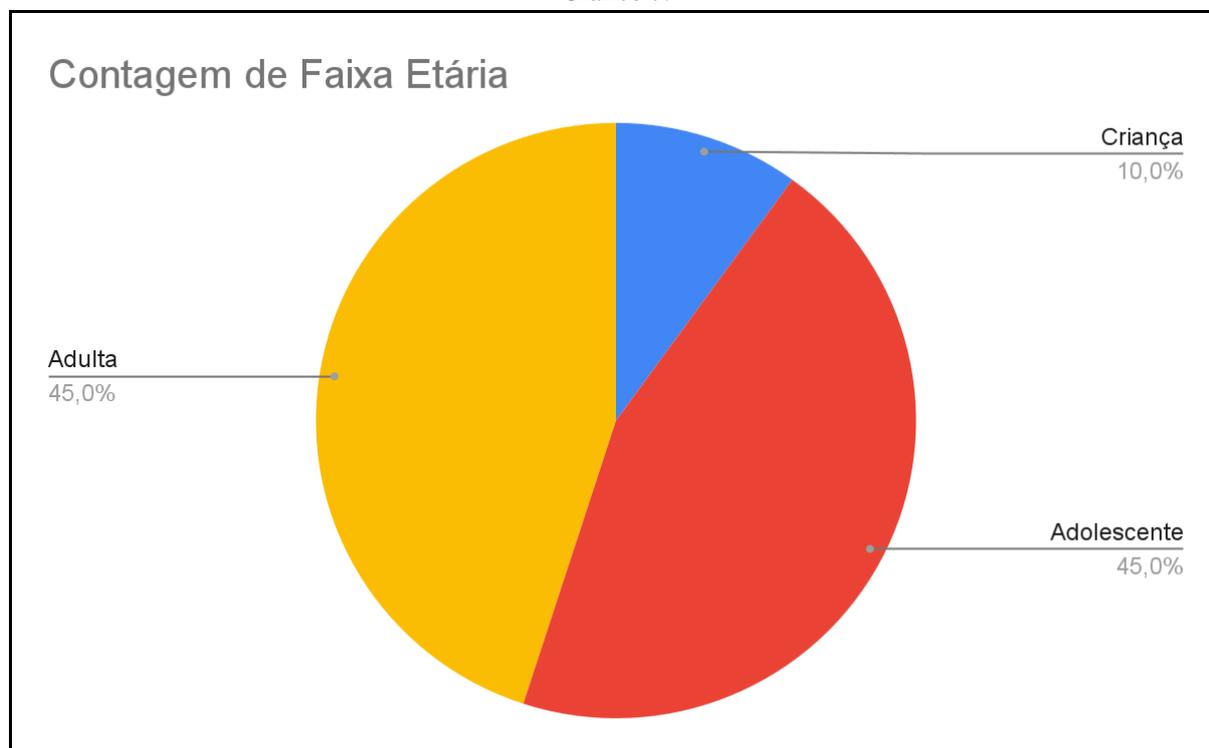


Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, a proporção é de 4 homens para 1 mulher a trazerem armas para o espaço educacional. Essa cifra indica que o gênero masculino continua sendo mais propenso a portar armas, porém a hegemonia não é tão grande quanto o esperado, o que indica que pode haver um manejo mais generalizado por alguma cultura de armas. Outra segmentação está no gráfico 7:



Gráfico 7:

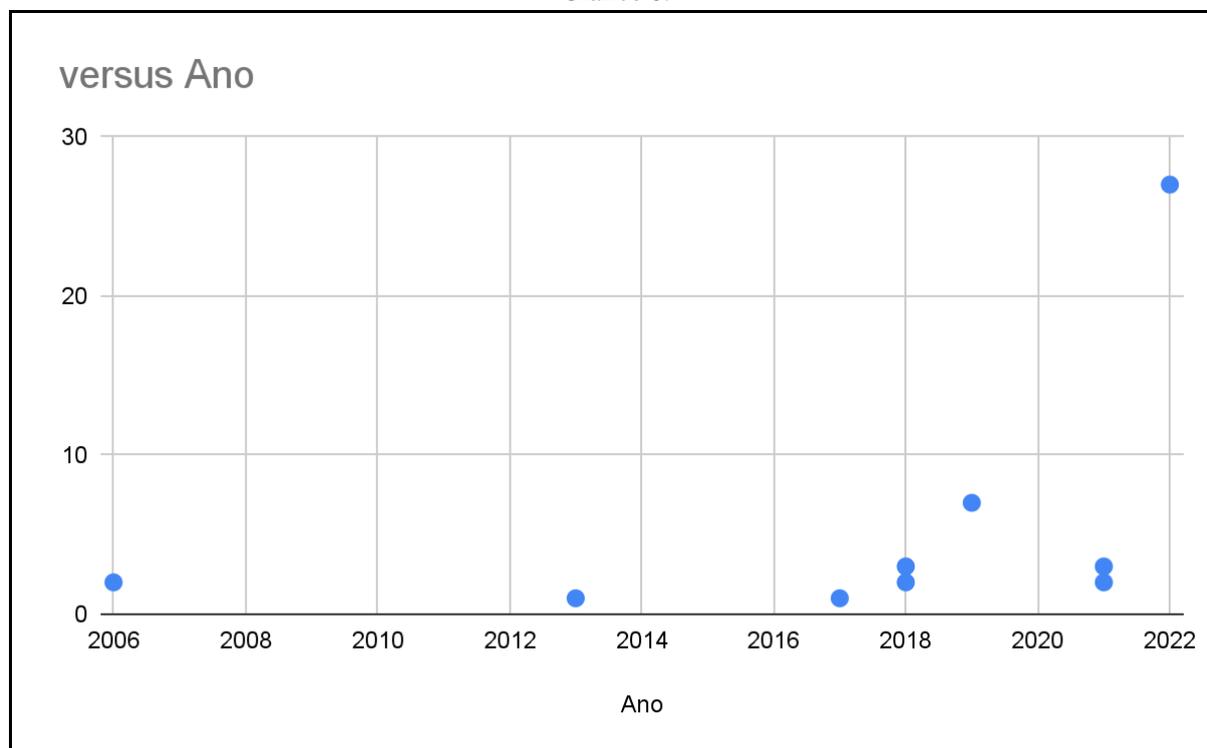


Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos notar, adolescentes e adultos somaram a mesma porcentagem, a de 45% cada, sendo que o restante (10%) foi encontrado com crianças, na maioria das vezes, por distração dos responsáveis. Nesse caso, fica evidente que está havendo uma socialização desde muito cedo para a questão das armas, o que indica que ou já há uma criminalidade candente ou mesmo outras fontes para essas representações que enxergam a arma como algo positivo ou necessário. Seria possível pensar elementos dessa socialização por uma espécie de linha do tempo, como a que está no gráfico 8?



Gráfico 8:

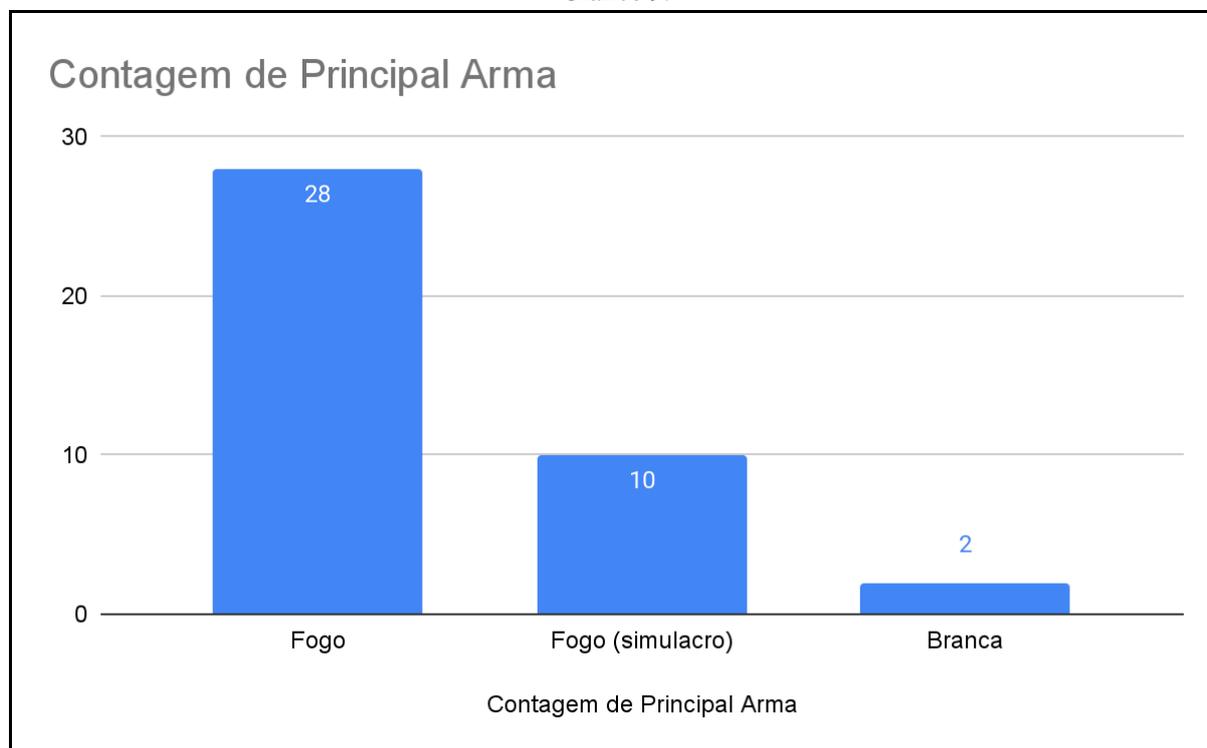


Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos captar, os casos retratados são bem espaçados até o ano de 2016, tornando-se mais densos a partir do ano 2018. No entanto, entre 2019 e 2021, houve uma queda (muito provavelmente por causa da pandemia do Novo Corona Vírus), com uma forte explosão em 2022, onde o ano ainda não se encerrou e já se conta com cerca de 30 casos. Logo, uma investigação qualitativa poderia determinar se a volta às aulas presenciais trouxe novos elementos de tensão ou se houve alguma outra circunstância a alterar o quadro. Já o gráfico 9 destaca melhor que armas foram empregadas nesse caso:



Gráfico 9:



Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos detectar, as armas de fogo são a maioria da amostra, e esperávamos encontrar o simulacro com esse posto, dado uma dificuldade de acesso aos armamentos por conta das restrições de circulação implementadas pelo estatuto do desarmamento. No entanto, quase duas vezes e meia armas de fato foram encontradas em território estudantil, o que demonstra que talvez a regra jurídica não seja tão coercitiva e nem haja um constrangimento pelo ambiente educacional. Por fim, o gráfico 10 é um histograma com as idades descritas nas reportagens:

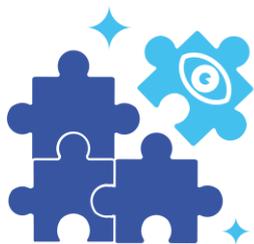
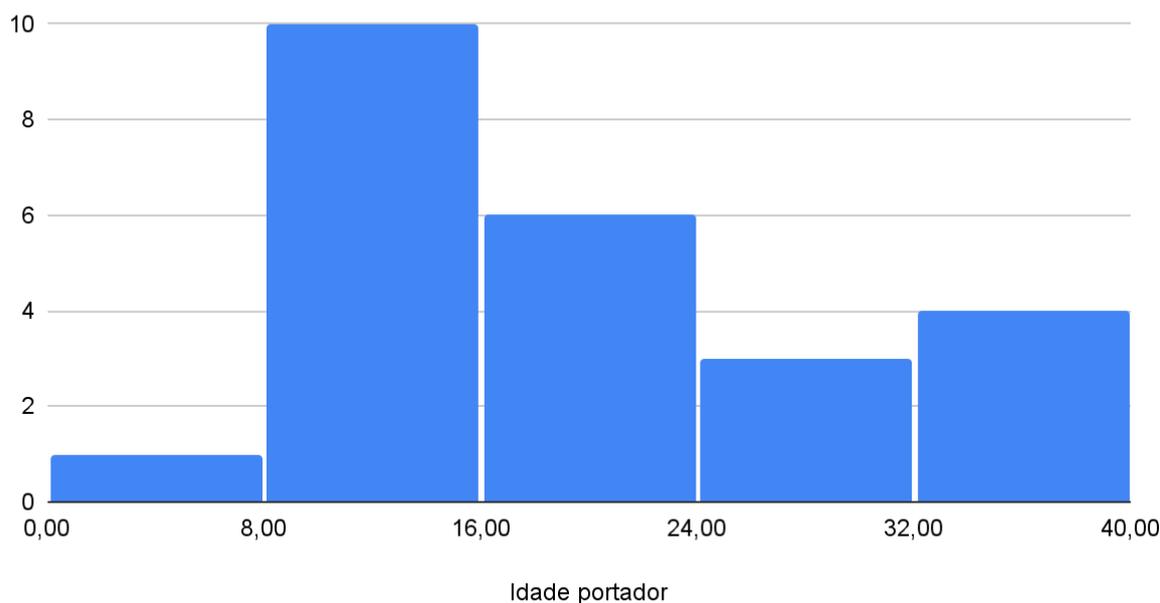


Gráfico 10:

Histograma de Idade portador



Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, a concentração maior de indivíduos está no intervalo 8 a 16, e persiste até os 24 anos em alta (embora baixe $\frac{1}{3}$ com relação aos 16 anos). O histograma demonstra que existe uma concentração nas faixas etárias mais recentes – possivelmente por conta da faixa estudantil também, porém seria possível as idades serem maiores porque existem diversas faixas etárias que podem estar no espaço escolar por meio de alunos com distorção idade-série. O cálculo indicou que a média foi de 16 anos, o que reforça que o adolescente é o que tem mais tendência a empunhar uma arma no espaço educacional, e os coloca como mais sensíveis.

Os gráficos univariados demonstram alguns contornos do fenômeno, porém ainda existem algumas reflexões que podem ser feitas com o cruzamento de algumas variáveis e, a partir do recurso da tabela dinâmica, foi possível encontrar algumas relações. A variável que utilizaremos como referência será a do tipo de arma, pois é a sua presença que está sendo problematizada centralmente no artigo. Entendemos que essa variável não tematiza, diretamente, sobre a frequência



de casos de armamento, mas, sim, aponta para o interior dos casos, o que a torna, no mínimo, relevante para entender o fenômeno recortado. A tabela 2 começa a traçar essa relação:

Tabela 2:

Estado	Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral
BA	-	2,50%	-	2,50%
CE	-	-	2,50%	2,50%
ES	-	7,50%	-	7,50%
GO	-	5,00%	2,50%	7,50%
MG	-	12,50%	-	12,50%
MT	-	2,50%	-	2,50%
PR	-	5,00%	-	5,00%
RJ	-	10,00%	-	10,00%
RS	2,50%	5,00%	-	7,50%
SC	2,50%	2,50%	-	5,00%
SP	-	12,50%	20,00%	32,50%
TO	-	5,00%	-	5,00%
Total geral	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Um primeiro ponto que ressaltamos é a presença de armas brancas. Elas somente ocorreram em dois estados do Sul, RS e SC, porém essa recorrência é baixa. Do outro lado do gráfico, podemos perceber que SP foi o lugar onde houve mais simulacros, seguido de GO e CE (também com porcentagens baixas), e também protagonizou o maior número de armas de fogo reais conjuntamente com MG (ambos com 12,5%), e não possuíam registro de armas brancas. Já as armas de fogo foram as mais circulantes em SP e GO, seguidos de RJ, o que pode dar algum indicativo de circulação maior de armas ou mesmo da presença de maiores tensões sociais (nem sempre resultantes em violência física) e que se materializam nas escolas. Como isso ocorre no interior das instituições? Quem lança possibilidades interpretativas foi a Tabela 3:



Tabela 3:

Função	Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral
Aluno	2,50%	37,50%	20,00%	60,00%
Funcionário	-	2,50%	-	2,50%
Nenhuma	2,50%	22,50%	2,50%	27,50%
Professor	-	2,50%	-	2,50%
Responsável	-	2,50%	2,50%	5,00%
Segurança	-	2,50%	-	2,50%
Total geral	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, os alunos e os indivíduos alheios ao espaço educativo tendem a ser quem mais utilizam as armas brancas, e também são os alunos que mais lançam mão do simulacro (o que tem a ver com o poder aquisitivo do aluno), porém também são quem mais utilizam as armas de fogo, juntamente com os não-vinculados, que trazem as armas relacionados a indivíduos da comunidade escolar. Isso demonstra que os alunos tendem a se identificar mais, nesse comportamento analisado, com pessoas de fora da comunidade escolar do que com os indivíduos, o que é evidência de certo desengajamento com a escola enquanto espaço diferenciado, tornando-a um espelho do entorno. Uma outra aproximação pode ser realizada pela Tabela 4:



Tabela 4:

Detalhes da Arma	Adolescente	Adulta	Criança	Total geral
NI	20,00%	30,00%	5,00%	55,00%
Airsoft	2,50%	-		2,50%
Carabina	-	2,50%	-	2,50%
Espada	-	2,50%	-	2,50%
Faca de Cozinha	2,50%	-	-	2,50%
Fuzil	-	5,00%	-	5,00%
Garrucha	5,00%	-		5,00%
Pistola	5,00%	2,50%	2,50%	10,00%
Pistola 9mm	7,50%	2,50%	2,50%	12,50%
Revolver 22mm	2,50%	-	-	2,50%
Total geral	45,00%	45,00%	10,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos discernir, os jornalistas não divulgaram, na maioria das vezes, as armas, apenas identificaram que existia uma arma – e, nesse caso, há um processo de composição, no qual a representação social de arma se resume à arma de fogo, o que empobrece o debate público. Podemos observar que as pistolas foram as mais escolhidas, possivelmente pelo seu porte (dado que elas podem ser ocultadas com mais facilidade em mochilas escolares, especialmente por indivíduos que não usam acessórios como bolsas). Já na tabela 5 vamos lidar com os gêneros sinalizados pelas reportagens:

Tabela 5:

Principal Arma	Feminino	Masculino	Total geral
Branca		5,00%	5,00%
Fogo	12,50%	57,50%	70,00%
Fogo (simulacro)	7,50%	17,50%	25,00%
Total geral	20,00%	80,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.



Como podemos identificar, apenas o gênero masculino utiliza arma branca, porém isso não implica uma grande representatividade na porcentagem geral (apenas 5%). Podemos observar que são os homens que mais utilizam tanto as armas verdadeiras quanto as falsas. Isso indica que tanto as ameaças reais quanto as bravatas são quase monopólio do gênero masculino, o que aponta para certa cultura belicista. A tabela 6 problematiza as regiões:

Tabela 6:

Região	Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral
Centro-Oeste	-	7,50%	2,50%	10,00%
Nordeste	-	2,50%	2,50%	5,00%
Norte	-	5,00%	-	5,00%
Sudeste	-	42,50%	20,00%	62,50%
Sul	5,00%	12,50%	-	17,50%
Total geral	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

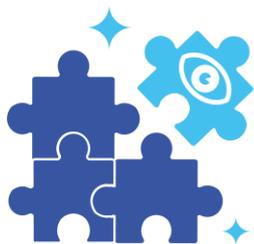
Apenas o sul utilizou armas brancas, enquanto as armas de fogo estão mais presentes no Sudeste, sendo seguidas pelo Sul (novamente), pelo Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste. Já as simulações de armas de fogo, podemos depreender que elas não são recorrentes em todas as regiões, mas sim em 3 delas, sendo a sudeste a líder absoluta seguida do Centro-Oeste e o Nordeste. O brinquedo demonstra um tipo de socialização, o que alerta para estudos futuros.

Outra informação relevante está na tabela 7:

Tabela 7:

Nível de Ensino	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
Básico	10,00%	2,50%	5,00%	30,00%	5,00%	52,50%
Infantil	-	-	-	22,50%	7,50%	30,00%
Superior	-	2,50%	-	10,00%	5,00%	17,50%
Total geral	10,00%	5,00%	5,00%	62,50%	17,50%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.



O ensino básico foi o único que esteve presente em todas as regiões retratadas, com nova preponderância do sudeste. Já casos na educação infantil ocorreram em 2 regiões, o sul e o sudeste, e a superior apenas no Nordeste, Sudeste e Sul. Isso reforça a coerência lógica dos dados, pois as crianças pré-escolares aparecem como as menos portadoras das armas, restando nessa população sua aparição restrita aos adultos que levaram as armas para o seu espaço, para diferentes fins (como ameaçar a um docente). Isso se reflete nas idades? Quem nos responde é a tabela 8:

Tabela 8:

<i>Idade portador</i>		Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral	
4	-	-	2,50%	-	2,50%	
11	-	-	2,50%	-	2,50%	
12	-	-	2,50%	-	2,50%	
13	-	-	2,50%	-	2,50%	
14	-	2,50%	5,00%	2,50%	10,00%	
15	-	-	5,00%	2,50%	7,50%	
16	-	-	2,50%	2,50%	5,00%	
17	-	-	5,00%	2,50%	7,50%	
18	-	2,50%	-	-	2,50%	
28	-	-	2,50%	-	2,50%	
30	-	-	-	2,50%	2,50%	
31	-	-	-	2,50%	2,50%	
32	-	-	2,50%	-	2,50%	
34	-	-	2,50%	-	2,50%	
37	-	-	2,50%	-	2,50%	
39	-	-	2,50%	-	2,50%	
-	-	-	30,00%	10,00%	40,00%	
Total geral		0,00%	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.



Diferentemente das outras tabelas, essa não teve uma grande concentração percentual: as proporções foram de 5% e 2,5%. Na arma branca, apenas as idades de 14 e 18 anos, o que reforça a ideia de que são adolescentes e adultos os maiores portadores de armas - embora as armas brancas sejam as mais acessíveis à população em geral por conta dos acessórios de cozinha e as ferramentas de reparo caseiras. Como os dados já apontaram, as armas de fogo foram as mais aderidas nas diferentes faixas etárias, porém não nas faixas intermediárias (30 anos e 18 anos), sendo o topo entre 14 e 17 anos – e, assim, podemos observar que os estudantes são os que mais trazem as armas para o espaço, enquanto o público infantil tem majoritariamente adultos armados (algo que coloca as crianças em risco dobrado pela sua menor capacidade defensiva). Essa tendência se confirma na Tabela 9:

Tabela 9:

<i>Nível de Ensino</i>	Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral	
Básico	-	2,50%	32,50%	17,50%	52,50%
Infantil	-	2,50%	22,50%	5,00%	30,00%
Superior	-	-	15,00%	2,50%	17,50%
Total geral	0,00%	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos reparar, o ensino superior possui apenas 15% de casos, o que nos concede certa amostra “purificada” entre adultos e crianças e demonstra que são os adolescentes que aumentam a porcentagem de armas. É claro que isso não seria o suficiente para se afirmar que os adolescentes tendem a ser mais violentos que os adultos – é preciso ressaltar que estamos lidando com o espaço educacional, que restringe a faixa etária para o acesso, porém também, em teoria, é aquele público que tem menos acesso pela questão da renda diminuta em relação aos adultos. Como isso se retrata nas mantenedoras?

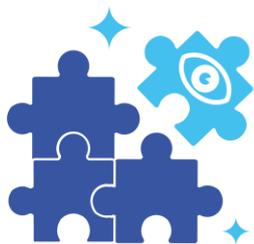


Tabela 10:

<i>Público ou Privada</i>	Branca	Fogo	Fogo (simulacro)	Total geral
Privado	-	12,50%	5,00%	17,50%
Público	5,00%	57,50%	20,00%	82,50%
Total geral	5,00%	70,00%	25,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

As instituições privadas não chegaram a 20% dos casos, sendo quase metade casos de simulacro – 5%, o que pode indicar que existem mais opções de lazer e que incluem atividades com simulacro – indica que ou (1) existe maior respeito a norma ou (2) essas armas não são descobertas. Já no setor público (82,5% dos casos) houve uma maior diversidade e, ao mesmo tempo, foram encontrados mais simulacros na dimensão pública do que o total geral de casos na dimensão privada - sendo que quase 60% dos casos ocorreram com arma de fogo. Isso é uma evidência de que há um maior índice de enfrentamento entre os membros da comunidade educacional.

5 O “DEVER-SER”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COLETADAS

Do ponto de vista epistemológico, na seção anterior, lidamos com o “ser” no ângulo comparativo, levantando alguns dados dos fenômenos. Nessa seção, lidaremos com o “dever-ser”, as representações sociais colhidas a partir de comentários publicizados. Logo, traremos uma reflexão terciária ou uma meta-análise, já que vamos lidar com reflexões presentes na arena pública e que são estruturadas por representações sociais (o nosso foco primário). Ao final desta seção, vamos construir uma tabela de representações sociais coletadas, mas, para chegar até elas, vamos precisar começar pelas categorias, que foram definidas *a priori*:



Tabela 11: categorias e descritores.

Categoria	Descritor
Interpretações da Legislação	A interpretação da legislação fica evidente tanto nas ações quanto no embasamento de ações progressas.
Pós-Fato	Como foi lida posteriormente a presença da arma por parte do indivíduo?
Prevenção	Como se poderia ter evitado casos presentes e como se pode evitar casos futuros?
Armas Policiais	As armas podem estar presente de maneira oficial nas IE?

Fonte: dados da pesquisa.

Essas categorias, ao serem unidas, permitem a “montagem” de representações, as quais serão contrastadas ao final do estudo. Por hora, vamos explorar trechos separados relacionados com essa categoria, selecionados em um fichamento prévio.

5.1 Interpretações da Legislação

Esta categoria é um tanto híbrida na medida em que evidencia o estado das coisas e, ao mesmo tempo, demonstra os efeitos da lei atual. Por mais que o texto jurídico busque a linguagem denotativa, não abrindo espaço para ambiguidades, vamos observar na prática que, às vezes, as normas entram em conflito por serem de diferentes fontes ou a realidade acaba por apresentar alguma circunstância não prevista pela norma – afinal, a ação humana não é sempre previsível.

O primeiro trecho desta categoria é o seguinte:

[...] entendo existir fundamentos jurídicos para edição de atos normativos destinados à promoção da proteção dos alunos e servidores das unidades escolares, por meio de expressa proibição, ou restrição, de ingresso nas dependências escolares de servidores com porte de arma de fogo (Palhares; Pagnani, 2022, s/p).

Nesse caso, o juiz está fornecendo apoio a um parecer jurídico de uma IE que proibia qualquer tipo de arma em seus domínios, o que incluiria os alunos policiais que estariam, necessariamente, à paisana (tópico que abordaremos mais adiante com maiores detalhes). Logo, existe uma normativa que subsidia soberania para essa norma, um reforço pela lei (e não pela via educacional).



Ainda com relação à lei, podemos observar esse outro trecho:

De qualquer forma, ainda que o referido dispositivo não fosse meramente exemplificativo, menciona o termo “escolas”, o que, por si só, é suficiente para abranger as universidades. Sendo assim, as universidades não podem proibir que militares das Forças Armadas, policiais federais, civis, militares e penais, estes quando forem do quadro efetivo; os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes; os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; os policiais legislativos do Senado e da Câmara dos Deputados; as guardas portuárias e os integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário, portem arma de fogo nas dependências das universidades, inclusive em sala de aula. Isso porque compete à própria instituição a que o policial ou um dos mencionados acima pertencer, mediante edição de norma própria, decidir os casos em que seus integrantes poderão portar arma de fogo fora do horário de serviço, quando houver aglomeração de pessoas, em decorrência de evento de qualquer natureza (Foureaux, 2020, s/p).

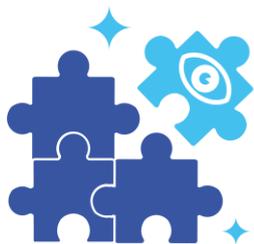
Dessa maneira, podemos observar que existe um certo “vácuo” de legislação com relação às demais instituições escolares, o que possibilitou ao jurista executar uma equivalência factual. Por esse motivo, as universidades federais (o alvo principal da polêmica) não poderiam evitar a presença da polícia e de suas armas.

Por outro lado, foi discutido publicamente o porte dos próprios professores como uma maneira de solucionar o problema dos massacres nas escolas (no qual intervém muitos debates norte-americanos). Assim, os professores assumiriam também a função de segurança em tempos de crise, acabando com a prerrogativa de que são proibidas armas nas escolas:

Um dos debatedores foi o diretor de Estratégia Política do movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges. Ele admitiu ter dúvidas sobre armar professores, como tem acontecido nos EUA, e disse que esse debate precisa ser aprofundado e trazido para a realidade brasileira, onde muitos espaços têm policiamento armado, mas ainda assim registram nível alto de violência.

— É um cenário muito preocupante ter uma escola com boa parte das pessoas armadas. É provado que quanto mais armas, mais violência, mas isso também não significa dizer que armar pessoas capacitadas para dar uma resposta rápida em certas situações seja ruim — avaliou (Agência, 2019, s/p)

Como podemos notar, existe uma possibilidade das armas estarem presentes dentro de uma especialidade (“capacidade”), pois é detectado que as armas desassociadas desse preparo aumentariam o volume de violência resultante (provavelmente a partir de alguma pesquisa feita por



essa organização) – o que se complexificou com a contextualização do caso Brasileiro, o que deixaria o debate mais em aberto e a legislação em potencial mudança. Isso se reflete na seguinte legislação:

Segundo Adriana Ramos, ‘mesmo educadores que já estão habituados a aquela realidade precisam fazer cursos de, no mínimo, 60 horas para se tornarem capazes de administrar situações de conflito no ambiente escolar’. Sem capacitação adequada, é pouco provável que a ação traga os resultados esperados (Soares; Meirelles, 2018, s/p)

Novamente reaparece a ideia da arma vinculada com a capacitação para que ela deixe de ser considerada como um ato de violência em um processo de purificação. Dessa maneira, é preciso um direcionamento para a ação da arma por meio do ato educativo. Porém, aparentemente, essa vinculação ainda não ocorre:

Na pesquisa *Violência e Preconceitos na Escola*, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia entre 2013 e 2015, os alunos denunciam a ausência de diálogo com diretores e coordenadores pedagógicos e uma cultura de violência que se manifesta não apenas em agressões físicas, mas em xingamentos e *bullying*. Marilene defendeu, entre outros pontos, a substituição do discurso repressivo pela escuta e diálogo e o fortalecimento da cooperação da comunidade escolar (Agência, 2019, s/p).

Como podemos perceber, as pesquisas buscam propagar as suas conclusões enquanto representações, e, nesse caso, a ideia mais forte é de que não existiria diálogo com a gestão – nova desvinculação – e que permitiria que as tensões seguissem ocorrendo entre os alunos – lembrando que eles são os maiores portadores de armas.

Porém, essa “racionalização” da arma é um processo que precisa estar vinculado diretamente com a instituição escolar: "Relembro que o praticante regularizado de tiro desportivo (bem como o colecionador ou caçador) não detém autorização para porte de arma, sendo-lhe conseqüentemente vedado ingressar armado em edifício escolar" (Palhares; Pagnani, 2022, s/p). Como se pode detectar, a arma foi trazida por um professor, porém não foi dentro de um planejamento escolar – logo, essa seria uma tentativa de resolução individual cuja lei não coagiu. Nesse caso, o professor foi impedido de portar a arma por força da normativa, mas detectamos uma mudança total quando é a instituição:



A direção do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA [da UFRN]) enviou, na última segunda-feira, uma nota aos alunos e funcionários sobre a ilegalidade da posse por PMs e agentes civis nas salas de aula da instituição. Embora não seja proibitivo, o texto ressalta que o uso da arma só se justifica nos casos em que o servidor esteja em serviço no local (Redação, 2010, s/p)

Ou seja, apenas estar em serviço possibilita a posse da arma, o que seria uma vinculação possível entre a arma e a educação – note-se, não é uma presença constante, ela ocorre apenas quando a polícia é chamada. Por esse motivo, o aluno nesse espaço perde essa prerrogativa do seu cargo, e não pode levar a arma. Mas o que ocorre quando alguém a leva?

5.2 Pós-Fato

Esta categoria lida com o pós-fato, isto é, como os acontecimentos que provam que o ocorrido não pôde ser evitado pela coercitividade da lei. Nesta categoria haverá quem afirme que, mesmo após o fato, as armas devem ser proibidas – quer com a polícia, quer com a equipe educacional – ou aqueles que acreditam que existe a possibilidade dessa presença.

Vamos começar pela posição mais inflexível, que foi também a mais numerosa no material. A primeira fala nesta área é a seguinte e se refere às armas incorporadas no policial militar: “A especialista explica que a presença da PM interfere nas relações entre os estudantes e deles com professores e funcionários, coibindo a ocorrência de problemas comuns, que fazem parte do cotidiano escolar” (Soares; Meirelles, 2018, s/p). Como podemos identificar, existe a admoestação que os problemas são parte do cotidiano escolar, o que indicaria que a intervenção é da comunidade escolar para dentro, que deve ficar autônoma, de novo lançando mão da Educação como uma maneira de resolver os conflitos. Esse ponto fica refletido nesta outra fala:

Durante o debate, o senador Confúcio Moura apoiou pequenas reformas no ambiente escolar que tragam melhoria na convivência dos alunos. Nelsinho Trad (PSD-MS) também defendeu programas que melhoram o ambiente escolar e inserem novamente na escola as crianças e os jovens que abandonam os estudos — experiência que, segundo ele, foi muito positiva quando ele conduziu a prefeitura de Campo Grande (MS). A senadora Renilde Bulhões (Pros-AL) contou sua experiência como professora de 5ª a 8ª séries e disse que é preciso investir no preparo dos professores tanto quanto na capacidade de ele se relacionar com os alunos. Para ela, muito pode ser evitado se a relação dos estudantes com os professores for positiva (Agência, 2019, s/p).



Como podemos perceber, existe uma reivindicação de programas que possam ensinar saberes que possibilitem a construção de um ambiente escolar menos agressivo. Segundo o político, essa diretiva foi funcional em sua gestão, focando-a na palavra “preparo”. Dessa maneira, acredita-se que existe uma violência difusa que o espaço escolar pode “resetar” esse aluno em sua visão de mundo violenta e ele desejaria esse espaço de paz como um refúgio.

Para encerrar esse tópico da inflexibilidade, uma outra fala (na verdade, uma orientação de um instituto) é a seguinte:

3. Abordagem com crianças e adolescentes

- Enfoque nos direitos de crianças e adolescentes, procurando não julgar, estigmatizar ou criminalizar.
- Responder de maneira diferenciada diante de cada caso.
- É importante entender por que o(a) estudante levou a arma para a escola.
- Proteger a identidade e privacidade dos jovens. Contatar imediatamente sua família ou tutores.
- Evitar um foco “adultocêntrico”.
- Incluir a perspectiva de gênero nas iniciativas e respostas, dando especial ênfase nas masculinidades não violentas.
- Empoderar as crianças e adolescentes como sujeitos ativos de direito e agentes de mudança (UNLIREC, 2020, s/p)

Como podemos notar, nessas recomendações, parte-se das premissas de que o aluno está inserido na situação do uso da arma por conta de algum engano pregresso, por força de alguma escolha não refletida – daí a referência com masculinidades não violentas e a questão do foco não ser adultocêntrico. Por essa razão, está-se nutrindo uma perspectiva que coloca a criança enquanto alguém vulnerável e cujo responsável deve ser acionado constantemente (o que prescinde do envolvimento dos pais). Nessa perspectiva, o aluno está concebido como no interior de uma cultura violenta e que o enfoque escolar pode dar conta de reverter.

Para finalizar essa categoria, vamos observar a ideia mais flexível, partindo da legislação concernente ao porte:

O coronel Araújo Silva, comandante geral da PM, contudo, contesta a informação, afirmando que o policial tem o direito de usar sua arma, registrada, em todo o território nacional, mesmo fora do serviço, mas ponderou que a atitude não é ‘conveniente’. De acordo com o diretor do centro, professor Márcio Valença, o CCHLA nunca registrou qualquer incidente em sala de aula com policiais armados, mas teria recebido várias denúncias acerca do porte de revólveres ou pistolas, que estaria deixando alguns alunos e funcionários constrangidos e incomodados. ‘Por



isso, resolvemos acionar a Procuradoria Jurídica da UFRN para emitir um parecer sobre o assunto' (Redação, 2010, s/p).

Como podemos observar, um PM poderia usar sua arma em todo território nacional, o que incluiria as instituições educativas. No entanto, o mesmo oficial ressalta que é necessário atentar para a regra moral do ambiente em que está o policial: as pessoas desta universidade não apreciaram a presença da arma, o que ocasionou a resposta institucional de normatizar essa presença via parecer. Logo, a ideia de que a arma poderia estar dentro do espaço educativo é possível, embora não seja algo que vá causar uma boa impressão no restante da comunidade educacional. Não se constitui em um caso de violência de fato, mas como fazer para prevenir esses últimos?

5.3 Prevenção

Nem todos os casos de armas no interior das instituições educativas resultaram em disparos, e nem todos os disparos ocasionaram mortes. Porém, o que há em comum a todos esses casos é que a lei não obteve um poder coercitivo antes, e é preciso pensar como criar esse poder para momentos futuros.

Vamos iniciar por uma posição que afirma que essa arma é só uma amostragem de um fenômeno maior, que, novamente, são a maioria das informações. Vamos começar pela seguinte fala:

— [...] O Brasil ainda não está preparado para gerar soluções de acompanhamento dos agravos de saúde mental derivado de situações de estresse crônico e violência nas escolas.

[...] após um episódio traumático [...] pelo menos 7% das crianças desenvolvem algum tipo de agravo mental ou transtorno pós-traumático. Entre 15% e 36% vivem a síndrome de estresse pós-traumático, que, se não tratada, leva a extremos como suicídio e assassinatos.

— A violência não é só o que a gente vê, mas o que não vemos. Estudos do Instituto do Cérebro, na PUC-RS, mostram que a violência gera estresse e problemas de funções executivas no cérebro, impedindo a capacidade de o aluno aprender [...] (Agência, 2019, s/p).

A arma dentro do espaço escolar pode produzir traumas nos indivíduos circundantes, além dos ferimentos e na prisão dos envolvidos. Logo, existe uma influência cognitiva desses episódios, o que torna a escola, também, um lugar de cura. Como se pode perceber, há uma ideia de que é o



espaço no interior da escola que deve ser preparado para lidar com as doenças mentais, algo como uma clínica, o que a permite fazer o acesso aos direitos sociais da saúde e da educação.

O caso seguinte foi de ensino superior:

‘Este comunicado é uma forma de nos respaldar no caso de existirem problemas futuros envolvendo armas de fogo na universidade. Com base nisso, poderemos abrir procedimentos disciplinares’, disse Márcio Valença. ‘Também encaminhei o assunto ao reitor (José Ivonildo do Rêgo), para que o parecer possa se transformar numa norma interna’. ‘Mesmo sendo autorizado a portar sua arma em qualquer lugar, é mais conveniente que o policial guarde-a em um local seguro e não visível, como uma mochila ou sacola. Expor um revólver na cintura no meio de uma aula ou uma missa, por exemplo, pode, sem dúvida, deixar as outras pessoas assustadas e até causar um problema sério em determinadas situações’ (Redação, 2010, s/p).

Nesse caso, podemos notar que o parecer entra em um nicho, tentando resolver o conflito de proibição das armas nos estabelecimentos de ensino x porte delas fora de serviço. Assim, a busca, nesse caso, é de não permitir novos ingressos de armas por via da coerção de Processos Administrativos Disciplinares. Ou seja, para evitar a recorrência, vai se fazer uso da lei – nesse caso, o contraste é com o aparato que se pensou para os alunos do ensino básico, que não ocorreu para o ensino superior, onde esses discursos de apoio não foram recorrentes.

Com relação a essa percepção com a solução partindo da escola, temos a seguinte fala:

1. Marcos normativos e políticas públicas
 - Medidas legislativas que controlem e restrinjam a posse de AF em ambientes escolares + Regulamentos internos.
 - Incorporar o componente de armas de fogo nos programas de prevenção da violência escolar.
 - Normas sobre armazenamento seguro + programas de educação para adultos.
 - Declarar as escolas Zonas Livres de Armas + influenciar positivamente as percepções de segurança.
 - Protocolos e guias de ação.
 - Capacitar periodicamente os profissionais dos centros educacionais sobre o exercício prático dos protocolos.
 - Estabelecer sistemas e ferramentas de informação.
2. Diálogo e coordenação multisetorial
 - Mecanismos de coordenação interinstitucional (setores de educação, segurança cidadã, saúde, infância, entre outros) para trocar e cruzar informações, desenhar políticas e fazer o acompanhamento periódico das medidas e planos implementados.



- Impulsionar diálogo e a participação de diferentes atores, envolver as famílias e os estudantes na conscientização sobre impacto das armas de fogo nas escolas + campanhas de educação e sensibilização nas escolas e comunidades
- Visibilizar o tema das armas em escolas desde uma perspectiva propositiva, sem alarmismo, sensacionalismo ou estigmas.
- Envolver os meios de comunicação nesses esforços é fundamental (UNLIREC, 2020, s/p)

A resposta da instituição, portanto, é criar normas e protocolos por um lado, e, por outro lado, tentar criar uma articulação entre muitos setores para criar a conscientização – o que vai criar a colaboração de maneira autêntica. Nesse caso, “alarmismo, sensacionalismo ou estigmas” seriam a resposta das armas em estado puro, sem o treinamento e a racionalização prévias. Uma síntese dessa representação poderia estar nesse outro trecho:

O principal ponto que precisa ser colocado em discussão é o papel da escola na formação dos alunos. Existe uma grande diferença entre o trabalho da polícia militar - voltado ao combate ao crime e à proteção do cidadão - e o trabalho da escola. Não cabe a ela criminalizar os conflitos, mas sim buscar soluções junto à comunidade, de modo a contribuir para a formação dos alunos e para a criação de um ambiente sociomoral cooperativo (Soares; Meirelles, 2018, s/p).

Aqui está sendo ressaltado uma certa "criminalização" das relações da escola, que podem ser conflituosas – e não naturais. Nesse caso, não perceber a sutileza poderia ser dificultado para quem é de fora da comunidade educacional, o que poderia trocar a opressão pela violência, resultando nos mesmos danos educacionais.

Novamente, não encontramos muito material sobre essa seria a percepção oposta, como verificaremos a seguir. Ressaltamos que o material encontrado, no entanto, foi por meio de uma descrição de terceiros:

Em geral, quem defende a presença da polícia nas escolas argumenta que é a única saída para conter a violência que existe no entorno (e as vezes dentro) delas e a sensação de insegurança em que a comunidade vive. "Nossa escola fica localizada no centro, próxima à estação Central do Brasil, em uma região perigosa. Vários de nossos alunos, professores e funcionários já foram assaltados", conta Sheila Guimarães, diretora do Colégio Estadual Julia Kubitschek, que está sendo atendido pela PM (Soares; Meirelles, 2018, s/p).

Nesse caso, podemos perceber que o argumento mobilizado foi algo de fora do ambiente escolar (por irradiação), e que pode adentrar o ambiente escolar. Dessa maneira, a autonomia torna a instituição escolar “presa fácil”, algo a ser protegido dos problemas de segurança pública, que



estão em franca escalada. Nesse caso, a presença de policiais poderia ser uma resolução, mesmo que parcial?

5.4 Armas Policiais

Até aqui, lidamos diretamente com armas enquanto desvio. Porém, existe ainda situações em que o membro da comunidade educativa é um policial, e, nesse momento, a regra da ausência das armas fica complexificada. Essa questão fica muito explícita quando nos referimos a duas situações: a) presença de alunos policiais e b) possibilidade das polícias adentrarem o território das Universidades Federais. Vamos explorá-las para descobrir daí dados para a pesquisa.

Começaremos pela seguinte fala, referente a entrar fardado e armado dentro do ambiente universitário:

Segundo o autor, ele fazia o curso de gestão pública através de uma universidade que tem sede em Santa Catarina, mas que possui polo físico em uma escola técnica de Vitória. No dia dos fatos, ele foi fardado e armado na instituição para realizar quatro provas, as quais iriam ocorrer no período da manhã e da tarde. De acordo com o requerente, após assinar a folha de presença, ele foi informado pela fiscal de provas que deveria comparecer na sala administrativa da escola. Lá, ele era aguardado por um tutor da universidade, que é um dos réus na ação. Ao chegar na sala, o autor teria sido comunicado pelo tutor de que não poderia realizar as avaliações em razão de estar fardado e armado, o que estaria causando constrangimento aos demais tutores e alunos. Fato que, segundo o autor, nunca teria ocorrido anteriormente. Diante da situação, ele solicitou ao Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) a presença de uma viatura na sede da escola técnica para resolver o ocorrido. Assim que outros policiais chegaram na instituição para apurar a situação, eles pediram a apresentação de justificativa legal ou fundamentada em norma interna da instituição, o que não foi apresentado (Resende, 2019, s/p).

Segundo o autor, portanto, a arma somente estava presente no ambiente escolar por conta do seu trabalho enquanto policial, o que o levou a chamar uma outra viatura, que constatou não existir uma norma interna – a qual foi criada, posteriormente, pelo parecer. Logo, a universidade tentou se equalizar com as escolas básicas por meio de uma regra própria, visto que não existe um Estatuto da Criança e do Adolescente para embasar essa proibição, e que terminou em um meio termo: a arma pode “entrar” quando investida de circunstância de segurança pública. Assim, as instituições



(modernas) universidade e polícia não entraram diretamente em conflito nesse caso, judicializando-se os indivíduos envolvidos.

O outro caso relevante é o da presença da polícia municipal e estadual em Universidades Federais. Segundo alguns dados encontrados na leitura flutuante, existe uma ideia amplamente compartilhada de que esse acesso é proibido. Porém, segundo autoridades militares, isso seria um ideal não suportado pela legislação:

O coronel Lanes Randal Prates Marques, chefe de Estado-maior da PM do Paraná, afirma que [...] não há limite territorial para as atividades. ‘A PM tem a competência de restabelecer a segurança pública e a ordem social. Isso faz com que nós não tenhamos nenhum limite espacial para atuação. Podemos [PM-PR] atuar em 100% do território paranaense’, explica. ‘Mesmo nas competências que estão bem definidas, a Polícia Militar atua supletivamente’ (Barone, 2020, s/p)

Como podemos constatar, a arma pode estar presente em serviço, o que reforça o ponto anterior de que a arma no ensino superior não é cogitada para impedir crimes, pois parece ser considerado um ambiente pacificado. Logo, a presença não é discutida publicamente – embora os casos tenham ocorrido, como mostram os dados quanti. Porém, aparentemente, nem mesmo casos criminais seriam possibilidade para a intervenção da PM: "A universidade tem autonomia, mas a autonomia dela é em relação à sua atividade-fim, que é a autonomia didático-científica. E não uma autonomia para decidir se a polícia pode ou não realizar segurança pública em suas vias" (Barone, 2020, s/p). O termo autonomia aparece, aqui, de maneira restrita: ela não se refere a questões de segurança pública e, como veremos posteriormente, essa discussão não se reduz apenas ao ensino superior. Tal como no caso anterior, existiu uma acomodação entre as instituições:

O advogado Fernando Pinheiro Pedro entende, no entanto, que por se tratar de uma área pública de uso especial, para realizar patrulha ostensiva, a PM teria de notificar previamente a administração do campus universitário. ‘É preciso haver um entendimento com os responsáveis pelos campi, pois quando se passa para dentro dele, é uma área restrita de uso especial’, explica (Barone, 2020, s/p).

Assim, é preciso haver a notificação da presença da Polícia – possivelmente por receios que remetem ao Estado de exceção propostas pelos Atos Institucionais – como uma maneira de a arma se tornar tolerável, visto que, em teoria, não há penetrância da violência socialmente compartilhada nesse espaço. É preciso uma presença pontualizada, e não permanente.



Uma última fala contrária à presença colhida em documentos (possivelmente em trabalho de campo encontraríamos algumas outras) foi a seguinte:

Para Pedro, não parece oportuno, a princípio, se as universidades tiverem controle das atividades que ocorrem no campus. ‘Não há necessidade do poder público fazer a mesma coisa que a guarda patrimonial da universidade’, diz. ‘Existem sempre preocupações de não manter um policiamento ostensivo em um campus para não constranger as eventuais manifestações de ordem estética, cultural’ (Barone, 2020, s/p).

Ou seja, as funções cumpridas pela polícia seriam as mesmas da guarda patrimonial, de modo que sua presença não seria necessária devido às funções preenchidas pelas empresas terceirizadas – que seriam capazes de compreender as manifestações que poderiam ser muito subversivas – ou mesmo “despurificar” o espaço universitário pela presença de indivíduos de fora da comunidade transitando entre os espaços (o caso dos policiais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados quantitativos demonstraram que as armas estão presentes nas IE brasileiras, enquanto as representações sociais apontaram que ela é mais ou menos desejada nesse espaço, guiando o debate público segundo alguns termos. Aqui, vamos apresentar e articular desses dados para construir o contexto.

Podemos encontrar algumas tendências mais gerais na análise gráfica. No cotejo de todos esses dados quantitativos, há a confirmação de algumas tendências já esperadas – a maior presença de armas no ensino público e básico, a maior concentração de casos nos estados da região sudeste). No entanto, encontramos também outros dados que, uma vez comparados, causaram surpresa: foram poucas armas brancas encontradas (o que indica um acesso facilitado a armas do tipo fogo), casos expressivamente numerosos para a educação infantil e, por fim, uma presença muito grande de indivíduos de fora da comunidade escolar no espaço escolar, adentrando com ímpetos violentos e encontrando lá um espaço livre de reações contrárias. Esse último dado reforça a ideia de que a escola perde certo *status* sagrado para a sociedade num geral e para a infância; não se trata, portanto, de um fato social compartilhado no tecido social.



Já nos dados qualitativos, as informações coletadas ensejaram uma série de induções, que articulam esses dados e produzem as representações que estão estruturando os fenômenos. Em primeiro lugar, quando se discute as armas dentro das instituições de ensino, elas se tornam apenas “estímulos”, pois o que se está discutindo, em verdade, são representações sociais de como a escola é e de como ela deve ser. Por essa razão, a arma nada mais é do que uma tensionadora, um disparador (não literalmente) daquilo que é a sociedade brasileira por meio da instituição educativa. A seguir, demonstramos duas dessas representações detectadas de acordo com as categorias estudadas e, adicionalmente, detectamos virtudes e limitações relacionadas a elas (de responsabilidade dos autores do artigo):

Tabela 12: categorias, modelos

Categoria/Representação encontrada	Autônoma Lato Sensu (Modelo Extensivo-comprovação)	Autônoma Stricto sensu (Modelo Intensivo-crise)
Interpretações da Legislação	A sociedade é violenta e a presença das armas pode potencializar a capacidade de agressão.	A sociedade é violenta, e a presença das armas pode inibir a consecução de atos violentos e ajudar na neutralização.
Pós-Fato	O fato só comprova que as instituições de ensino não estão preparadas para responder à violência.	Existe uma escalada de violência e a escola não possui condições de conter isso por meio da educação, pois essa não é sua função.
Prevenção	É preciso que a escola amplie suas funções para conseguir abordar a subjetividade do aluno, e assim prevenir crimes e barrar a entrada do problema de segurança pública.	É preciso que a escola mantenha suas funções de maneira intensiva com uma ajuda externa para garantir a segurança da comunidade.
Armas Policiais	As armas devem estar presentes no máximo com as empresas contratadas, porém devem ser utilizadas apenas para impedir a entrada de indivíduos que tragam problemas de segurança pública.	A polícia e os policiais devem poder frequentar os espaços educacionais como se fossem outro qualquer por conta da violência circundante. Essa violência pode vitimar a comunidade educacional, que pode se focar nas suas atividades.
Virtudes	Se bem-sucedido, resolve a longo prazo e constrói um lugar em que o aluno pode ter uma experiência singular em sua socialização; i	Resolve o problema da segurança a curto e médio prazo; articula menos atores, o que aumenta as chances de efetividade e de reprodutibilidade ao longo do tempo.



Limitações	Exige uma articulação muito complexa entre setores e que necessita engajamento constante e um alinhamento de objetivos um tanto ortodoxa - que independeria de filosofias de governos e de substituições na equipe;	Não há garantia de que se resolva o problema em um longo prazo, pois o estabelecimento de uma rotina abre espaço para estratégias para transgressões. Não possibilita que o aluno tenha uma vivência diferente da que se encontra em sociedade.
------------	---	---

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, a escola é considerada autônoma para ambas as representações (esse seria um núcleo central), porém há uma relativização dela para momentos de crise (e que se deve garantir a sua funcionalidade normal) e aquela em que a IE é autônoma para lidar com os seus problemas internamente. De fato, seria muito tentador associar uma delas com o pensamento progressista e outra com o conservador, ou mesmo afirmar que uma se refere ao ensino básico e outra ao superior; porém, na prática, essas binaridades não se apresentaram no material empírico, sendo representações cuja parte ou o todo se vincularam a diferentes ideologias.

Apesar de o quadro já articular os dados da pesquisa e os dar coerência, podemos avançar para algumas discussões teóricas mais amplas. A arma, na primeira RS, é incompatível com a Educação – a Educação, no caso, é o contrário da Violência. Assim, são utilizadas palavras como “Educação”, “capacitação”, “conscientização” para explicar essa relação. Ao mesmo tempo, essa representação concebe falhas na atual gestão educacional, a qual precisa também ser educada, articulando planejamento escolar. Assim, seria possível contribuir para o problema de segurança pública por meio da socialização secundária – e por isso resolvido por políticas públicas. Assim, essa parece ser a chave-mestra para se entender o debate público brasileiro sobre armas e escolas.

À guisa de conclusão, o presente trabalho lidou com o fenômeno da presença de armas em instituições de ensino brasileiras, considerando os diferentes níveis de ensino – o Básico e o Superior. Avançamos pela questão através de uma abordagem mista, articulando métodos quantitativos e qualitativos. Buscamos fazer uma comparação dos números entre esses níveis e, posteriormente, analisamos representações sociais. Os resultados apontaram, principalmente, para a existência de duas representações sobre o IE: uma autônoma *stricto sensu* e outra autônoma *lato sensu*. Podemos encerrar o texto com algumas reflexões finais.

Uma primeira é que as reportagens demonstram que a representação “arma de fogo” aparece como arma *per se*. Isso mostra uma limitação do debate público, uma vez que empobrece o sentido



da palavra e desprepara as políticas públicas para defesa contra armas brancas, por exemplo – que podem ser improvisadas mesmo em ambientes de restrição de armas.

Por fim, diversas falas deram a entender que existe um extremismo no enfoque da construção social do indivíduo, de tal monta que pode se construir a falsa ideia de que todos os comportamentos podem ser ensinados, o que gera uma ideia errônea de “papel em branco” e que cria uma ideia de que toda colaboração pode ser persuadida. Essa leitura errônea da ideia de construção social enseja uma ressignificação do mito do bom selvagem, induzindo a uma associação direta e irrefletida entre educação e civilização – o que produz um despreparo para a espontaneidade dentro de espaços civilizatórios, desconsiderando a complexidade do pensamento e da conduta humana. Por essa razão, regiões livres de arma não podem contar apenas com bom senso, é preciso se tomar medidas concretas para não haver armas no espaço.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DURKHEIM, Émile. **Les règles de la méthode sociologique**. 11 e édition. Paris: Press Universitaires de France, 1950.

_____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 2007.

GEORG, Natacha Juli; KELNER, Lenice; JÚNIOR, João Bosco Silvino. Armas de fogo: aspectos técnicos periciais. *In: Revista Jurídica*, v. 15, n. 30, p. 137-156, 2011.

LIMA, R. DE. Armas na escola: que fazer?. *In: Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, n. 112, p. 40-42, 2010.

LOPES, Ricardo Cortez. As particularidades da violência em unidades de saúde e como o sistema de segurança interfere nesses ambientes: o caso rio-grandense. *In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, p. 263-284, 2019.

_____. **Construindo Contextos: Uma contribuição sociológica para compreender a relação indivíduo e sociedade**. Curitiba: Viseu, 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2011.



NEUMANN, Daniel. **Patrulha Escolar Comunitária: A presença da Polícia Militar nas escolas de Curitiba e Seus Resultados.** Monografia (Especialização em Planejamento e Controle em Segurança Pública), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

REDAÇÃO. **UFRN diz que alunos não podem portar armas na instituição e comando da PM discorda.** ADURN. 2010. Disponível em: < <https://www.adurn.org.br/midia/noticias/2481/ufrn-diz-que-alunos-nao-podem-portar-armas-na-instituicao-e-comando-da-pm-discorda> >. Acesso em: 28/09/2022.

REDAÇÃO. **Uso de armas em escolas divide opiniões de senadores e especialistas.** Senado Notícias. 2019. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/14/uso-de-armas-em-escolas-divide-opinioes-de-senadores-e-especialistas> >. Acesso em: 28/09/2022.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *In: Temas em Psicologia*, v. 4, n. 3, p. 19-33, 1996.

SOUDAPAZ. **UNLIREC e Sou da Paz realizam Webinário sobre armas de fogo em escolas na América Latina e Caribe.** Instituto Sou da Paz. 2020. Disponível em: < <https://soudapaz.org/noticias/unlirec-e-sou-da-paz-realizam-webinario-sobre-armas-de-fogo-em-escolas-na-america-latina-e-caribe/> >. Acesso em: 26/09/2022.

TOCCHETTO, Domingos. **Balística Forense: aspectos técnicos e jurídicos.** São Paulo: Sagra Luzzatto, 1999.

UNLIREC. Respostas e recomendações para uma abordagem integral diante da presença de armas de fogo em escolas. 2020. **SOUDAPAZ.** Disponível em: < <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2020/10/Respostas-e-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-Webinario-Armaz-em-Escolas-Brasil-30set-UNLIREC.pdf> >. Acesso em: 28/09/2022.

WEISS, Raquel Andrade. Perspectivas sobre a Política na Teoria de Émile Durkheim. *In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 71, n. 1, p. 45-67, 2011.

Recebido em: 22/07/2024 | Aprovado em: 29/11/2024